

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Novembro/2012

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Debora Peters

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Guilherme Ceccato

Janet Maria Pereira

Karla de Lima Rocha

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha

Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros

Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 18, n. 10 (out. 2012). – Brasília : STN, 1995__.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	18
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	21
Dívida Interna Líquida.....	22
Dívida Externa Líquida.....	25

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Dividendos pagos à União.....	9
Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	17
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	18
Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	19
Tabela 16 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	20
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	21

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	25

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	17
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	19
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	21

Resultado Fiscal do Governo Central

Em outubro de 2012, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 9,9 bilhões, contra R\$ 1,3 bilhão em setembro de 2012. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 12,8 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 65,3 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Set/12	Out/12	Variação %	Jan - Out		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	81.361,3	91.113,9	12,0%	810.307,4	864.348,4	6,7%
Receitas do Tesouro	59.594,1	68.459,0	14,9%	617.612,6	647.417,6	4,8%
Receitas da Previdência Social	21.610,7	22.381,3	3,6%	190.633,7	214.650,4	12,6%
Receitas do Banco Central	156,4	273,7	74,9%	2.061,1	2.280,4	10,6%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.863,1	12.303,5	13,3%	137.953,1	143.013,6	3,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	70.498,2	78.810,4	11,8%	672.354,3	721.334,8	7,3%
IV. DESPESA TOTAL	69.210,0	68.895,8	-0,5%	585.557,7	656.623,1	12,1%
Despesas do Tesouro	36.180,1	43.356,8	19,8%	356.008,2	397.056,5	11,5%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	32.731,7	25.200,0	-23,0%	226.849,2	256.666,6	13,1%
Despesas do Banco Central	298,2	339,0	13,7%	2.700,3	2.900,0	7,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB²	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.288,3	9.914,6	669,6%	86.796,5	64.711,7	-25,4%
Tesouro Nacional	12.551,0	12.798,6	2,0%	123.651,3	107.347,5	-13,2%
Previdência Social (RGPS)	-11.121,0	-2.818,7	-74,7%	-36.215,5	-42.016,2	16,0%
Banco Central ³	-141,7	-65,3	-53,9%	-639,2	-619,6	-3,1%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				2,54%	1,77%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central apresentaram aumento de R\$ 9,8 bilhões (12,0%), passando de R\$ 81,4 bilhões em setembro de 2012, para R\$ 91,1 bilhões em outubro de 2012. Esse comportamento decorreu, principalmente, dos aumentos de R\$ 5,4 bilhões (20,0%) na arrecadação de impostos e de R\$ 2,3 bilhões (9,3%) nas receitas de contribuições.

Em relação às despesas, verificou-se decréscimo de R\$ 314,1 milhões (0,5%) em relação a setembro, sobretudo em virtude da redução de R\$ 7,5 bilhões (23,0%) nas despesas da Previdência Social e do aumento de R\$ 6,9 bilhões (31,4%) nas despesas de Custeio e Capital.

O resultado primário do Governo Central, em outubro de 2012, foi superavitário em R\$ 9,9 bilhões, contra superávit de R\$ 1,3 bilhão, em setembro de 2012.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões

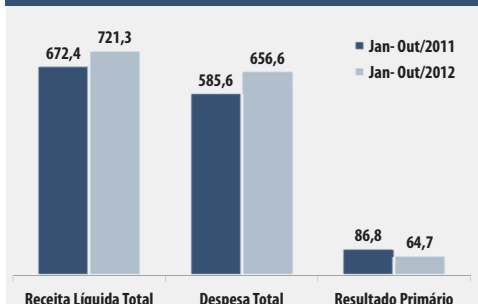
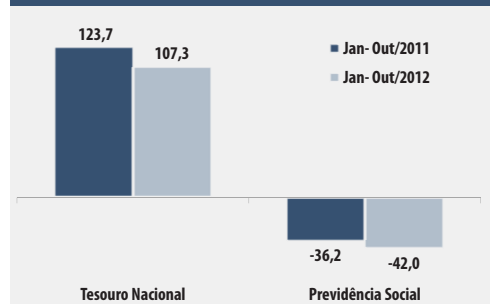


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões



Comparativamente ao acumulado até outubro de 2011, houve redução de R\$ 22,1 bilhões no superávit apurado. Esse comportamento reflete o decréscimo de R\$ 16,3 bilhões no superávit do Tesouro Nacional, o aumento de R\$ 5,8 bilhões no déficit da Previdência Social e a redução de R\$ 19,7 milhões no déficit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 54,0 bilhões (6,7%) relativamente ao acumulado até outubro de 2011. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo incremento nas receitas da Previdência Social (R\$ 24,0 bilhões), pelo crescimento na arrecadação de impostos (sobretudo em função do crescimento de R\$ 6,0 bilhões em IRRF e de R\$ 3,0 bilhões em IRPJ), de contribuições (acréscimo de R\$ 12,2 bilhões na Cofins e de R\$ 3,4 bilhões no PIS/Pasep), das receitas diretamente arrecadas (crescimento de R\$ 5,4 bilhões) e da cota parte de compensações financeiras (crescimento de R\$ 4,5 bilhões). Por outro lado, houve redução de R\$ 5,1 bilhões na arrecadação da CIDE e de R\$ 1,5 bilhão na CSLL.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 5,1 bilhões (3,7%) no período de janeiro a outubro de 2012 em virtude, principalmente, do aumento observado nas transferências constitucionais (R\$ 2,2 bilhões) e no repasse de royalties de exploração de petróleo e gás natural (R\$ 3,5 bilhões).

Relativamente ao mesmo período do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 71,1 bilhões (12,1%) destacando-se os incrementos de R\$ 36,0 bilhões (17,2%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 29,8 bilhões (13,1%) nas despesas da Previdência Social.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Out	
	2011	2012
GOVERNO CENTRAL	2,54%	1,77%
Tesouro Nacional	3,62%	2,94%
Previdência Social	-1,06%	-1,15%
Banco Central	-0,02%	-0,02%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 64,7 bilhões.

Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Set/12	Out/12	Variação %	Jan - Out		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	81.361,3	91.113,9	12,0%	810.307,4	864.348,4	6,7%
I.1. Receitas do Tesouro	59.594,1	68.459,0	14,9%	617.612,6	647.417,6	4,8%
Receita Bruta ²	61.955,1	70.288,8	13,5%	631.080,8	663.939,7	5,2%
Impostos	26.873,9	32.247,0	20,0%	295.051,3	308.563,5	4,6%
IR	17.823,3	23.119,3	29,7%	208.125,3	218.602,9	5,0%
IPI	3.674,2	3.645,9	-0,8%	38.743,3	38.054,6	-1,8%
Outros	5.376,3	5.481,7	2,0%	48.182,6	51.906,1	7,7%
Contribuições	25.111,2	27.437,9	9,3%	239.823,0	252.793,1	5,4%
COFINS	15.246,8	15.265,9	0,1%	130.492,5	142.647,5	9,3%
CSLL	3.876,7	6.181,1	59,4%	51.389,6	49.864,4	-3,0%
Pis/Pasep	4.023,5	3.927,3	-2,4%	34.586,4	37.982,9	9,8%
CIDE-Combustíveis	0,7	-2,5	-437,7%	7.861,3	2.732,6	-65,2%
Outras	1.963,5	2.066,1	5,2%	15.493,2	19.565,7	26,3%
Demais	9.970,0	10.603,9	6,4%	96.206,5	102.583,1	6,6%
Cota parte de compensações financeiras	1.584,7	5.060,5	219,3%	26.443,1	30.954,2	17,1%
Diretamente arrecadadas	3.562,5	2.635,1	-26,0%	27.170,1	32.583,7	19,9%
Concessões	12,1	1.098,9	8.965,5%	1.832,4	2.181,1	19,0%
Dividendos	3.602,6	16,0	-99,6%	17.329,0	19.744,1	13,9%
Outras	1.208,2	1.793,4	48,4%	23.431,8	17.120,0	-26,9%
(-) Restituições	-2.361,0	-1.824,0	-22,7%	-13.195,0	-16.379,0	24,1%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	-5,8	-	-273,2	-143,1	-47,6%
I.2. Receitas da Previdência Social ³	21.610,7	22.381,3	3,6%	190.633,7	214.650,4	12,6%
Receitas da Previdência Social - Urbano	21.112,1	21.918,7	3,8%	186.220,1	209.966,6	12,8%
Receitas da Previdência Social - Rural	498,7	462,6	-7,2%	4.413,7	4.683,8	6,1%
I.3. Receitas do Banco Central	156,4	273,7	74,9%	2.061,1	2.280,4	10,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

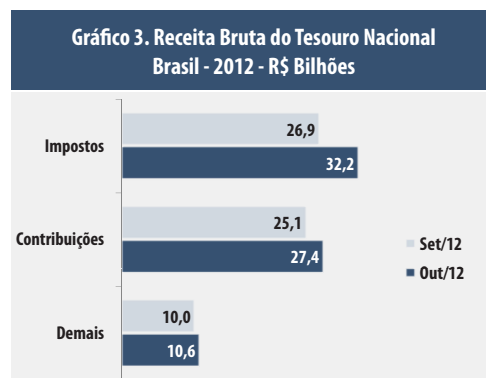
As receitas de impostos e contribuições apresentaram crescimento de 20,0% e 9,3%, respectivamente, relativamente ao mês anterior, em função sobretudo, do pagamento da 1ª cota ou cota única de IRPJ e CSLL, referente à apuração trimestral encerrada em setembro.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 8,3 bilhões (13,5%), passando de R\$ 62,0 bilhões, em setembro, para R\$ 70,3 bilhões, em outubro de 2012. Este comportamento é explicado, principalmente, pelos aumentos de R\$ 5,4 bilhões (20,0%) em impostos, de R\$ 2,3 bilhões (9,3%) em contribuições e de R\$ 633,9 milhões (6,4%) em demais receitas.

Em outubro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 32,2 bilhões e as de contribuições R\$ 27,4 bilhões, apresentando em seu conjunto um crescimento de R\$ 7,7 bilhões (14,8%) em relação aos valores apurados em setembro. Essa evolução reflete, sobretudo:



i) aumento de R\$ 4,9 bilhões (70,2%) e de R\$ 2,3 bilhões (59,4%) na arrecadação de IRPJ e CSLL respectivamente, devido, principalmente, ao pagamento da 1ª cota ou cota única, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro de 2012; e

ii) acréscimo de R\$ 559,0 milhões (22,3%) na arrecadação do Imposto de Importação.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R\$ 633,9 milhões (6,4%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

i) aumento de R\$ 3,5 bilhões (219,3%) em cota parte de compensações devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural;

ii) aumento de R\$ 1,1 bilhão nas receitas de concessões relativo a pagamentos da licitação de serviço da banda larga e telefonia móvel de quarta geração (4G); e

iii) decréscimo de R\$ 3,6 bilhões (99,6%) na arrecadação de dividendos.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com os primeiros dez meses de 2011, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 32,9 bilhões (5,2%), passando de R\$ 631,1 bilhões para R\$ 663,9 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

No acumulado de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 5,2% em relação ao ano anterior, refletindo o comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação tributária.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) crescimento de R\$ 3,0 bilhões (3,3%) no IRPJ e decréscimo de R\$ 1,5 bilhão (3,0%) na CSLL. A diminuição da CSLL é explicada, principalmente, pelo pagamento em julho de 2011, de débitos em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões, sem correspondência em 2012;

ii) incremento de R\$ 12,2 bilhões (9,3%) na Cofins e de R\$ 3,4 bilhões (9,8%) no PIS/Pasep, devido, sobretudo, ao crescimento de 7,4% do volume de vendas de dezembro de 2011 a setembro de 2012 em relação a dezembro de 2010 a setembro de 2011 (PMC-IBGE), bem como ao acréscimo de 7,0% na arrecadação de PIS/Cofins importação e ao recolhimento extraordinário de Depósito Judicial em agosto de 2011;

iii) crescimento de R\$ 6,0 bilhões (6,2%) no IRRF, devido, especialmente à elevação de R\$ 4,9 bilhões (8,7%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação de 13,4% da massa salarial e da correção da tabela progressiva em 4,5% a partir de janeiro de 2012; e

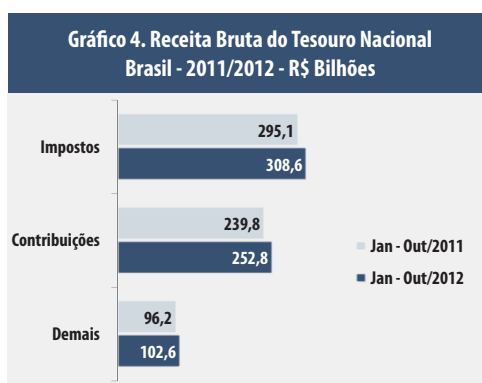
iv) decréscimo de R\$ 5,1 bilhões (65,2%) na arrecadação da CIDE-Combustíveis decorrente das reduções das alíquotas da CIDE incidente sobre a gasolina e diesel.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 6,4 bilhões (6,6%), em relação ao acumulado de 2011, decorrente dos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 5,4 bilhões (19,9%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações;

ii) aumento de R\$ 4,5 bilhões (17,1%) em cota parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural;

iii) crescimento de R\$ 2,4 bilhões (13,9%) na arrecadação de dividendos em relação a 2011; e



No acumulado do ano, houve aumento de R\$ 4,5 bilhões na arrecadação da cota parte de compensações financeiras em relação ao ano anterior.

R\$ Milhões

Tabela 4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Out	
	2011	2012
Banco do Brasil	1.965,1	2.383,0
BNB	240,4	122,7
BNDES	6.453,5	10.620,3
Caixa	3.179,6	3.000,0
Correios	1.743,0	400,0
Eletrobrás	500,6	725,0
IRB	81,4	101,7
Petrobras	2.566,3	1.886,6
Demais	599,1	504,8
Total	17.329,0	19.744,1

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

iv) decréscimo de R\$ 6,5 bilhões (44,3%) em outras receitas, devido ao recolhimento, em junho de 2011, no valor de R\$ 6,7 bilhões, em decorrência da consolidação/antecipação de parcelas de débitos do parcelamento especial previsto na Lei nº 11.941/2009 contra R\$ 1,2 bilhão no mesmo mês de 2012.

% PIB

Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Out	
	2011	2012
RECEITA BRUTA ¹	18,49%	18,21%
Impostos	8,65%	8,46%
IR	6,10%	6,00%
IPI	1,14%	1,04%
Outros	1,41%	1,42%
Contribuições	7,03%	6,93%
COFINS	3,82%	3,91%
CSLL	1,51%	1,37%
Pis/Pasep	1,01%	1,04%
CIDE-Combustíveis	0,23%	0,07%
Outras	0,45%	0,54%
Demais	2,82%	2,81%
Cota parte de compensações financeiras	0,77%	0,85%
Diretamente arrecadadas	0,80%	0,89%
Concessões	0,05%	0,06%
Dividendos	0,51%	0,54%
Outras	0,69%	0,47%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Set/12	Out/12	Variação %	Jan - Out		Variação %
				2011	2012	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	10.863,1	12.303,5	13,3%	137.953,1	143.013,6	3,7%
Transferências Constitucionais	8.291,5	8.766,1	5,7%	103.816,7	106.048,4	2,1%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,0	325,0	-	2.275,0	1.625,0	-28,6%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	57,0	-	2.109,7	1.117,9	-47,0%
Demais Transferências	2.571,6	3.155,4	22,7%	29.751,7	34.222,3	15,0%
Salário Educação	709,9	718,0	1,1%	6.500,1	7.346,3	13,0%
Royalties	1.053,9	1.355,1	28,6%	14.701,2	18.220,0	23,9%
Fundef/Fundeb	755,2	755,2	0,0%	8.060,9	8.106,5	0,6%
Outras	52,5	327,1	522,8%	489,6	549,5	12,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

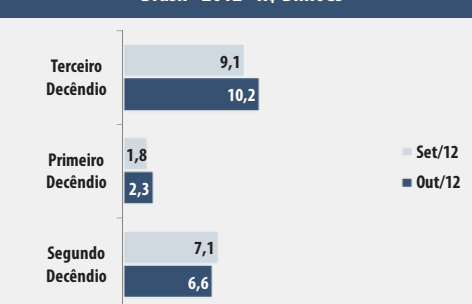
As transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 1,4 bilhão (13,3%) em outubro de 2012, frente ao mês anterior.

Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em outubro de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 1,4 bilhão (13,3%), totalizando R\$ 12,3 bilhões, contra R\$ 10,9 bilhões no mês anterior. Esse comportamento resulta de:

i) aumento de R\$ 474,7 milhões (5,7%) frente a setembro nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI); e

ii) crescimento de R\$ 301,2 milhões (28,6%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2012 - R\$ Bilhões


No acumulado de 2012, as transferências apresentaram aumento de 3,7%, passando de R\$ 138,0 bilhões em 2011 para R\$ 143,0 bilhões este ano.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No comparativo do acumulado de 2012 contra o mesmo período de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 5,1 bilhões (3,7%), elevando-se de R\$ 138,0 bilhões em 2011 para R\$ 143,0 bilhões em 2012. As principais variações no período foram:

- i) incremento de R\$ 3,5 bilhões (23,9%) nas transferências de royalties de petróleo advindos do aumento dos repasses de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e
- ii) aumento de R\$ 2,2 bilhões (2,1%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI).

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Out	
	2011	2012
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,04%	3,92%
Transferências Constitucionais	3,04%	2,91%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,07%	0,04%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,06%	0,03%
Demais Transferências	0,87%	0,94%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Set/12	Out/12	Variação %	Jan - Out		Variação %
				2011	2012	
I. DESPESA TOTAL	69.210,0	68.895,8	-0,5%	585.557,7	656.623,1	12,1%
I.1. Despesas do Tesouro	36.180,1	43.356,8	19,8%	356.008,2	397.056,5	11,5%
Pessoal e Encargos Sociais ²	14.040,4	14.177,1	1,0%	145.126,1	150.051,8	3,4%
Custeio e Capital	22.024,1	28.941,2	31,4%	209.107,0	245.132,4	17,2%
Despesa do FAT	3.225,3	4.318,7	33,9%	29.398,5	33.864,5	15,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	191,3	984,9	414,8%	9.035,0	9.472,9	4,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	2.485,8	2.508,4	0,9%	20.670,9	24.488,3	18,5%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	16.121,7	21.129,2	31,1%	150.002,6	177.306,7	18,2%
Outras Despesas de Custeio	13.370,6	15.440,0	15,5%	108.572,0	126.403,8	16,4%
Outras Despesas de Capital ⁵	2.751,1	5.689,2	106,8%	41.430,6	50.902,9	22,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	115,5	238,5	106,4%	1.775,1	1.872,3	5,5%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	32.731,7	25.200,0	-23,0%	226.849,2	256.666,6	13,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	26.146,4	19.557,4	-25,2%	177.252,8	198.770,9	12,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.585,3	5.642,6	-14,3%	49.596,4	57.895,7	16,7%
I.3. Despesas do Banco Central	298,2	339,0	13,7%	2.700,3	2.900,0	7,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

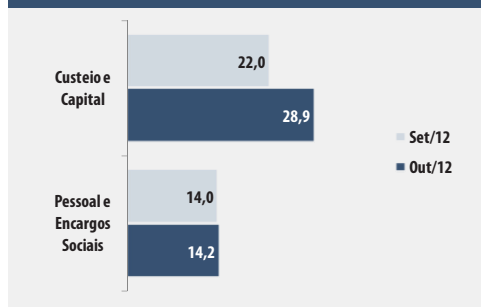
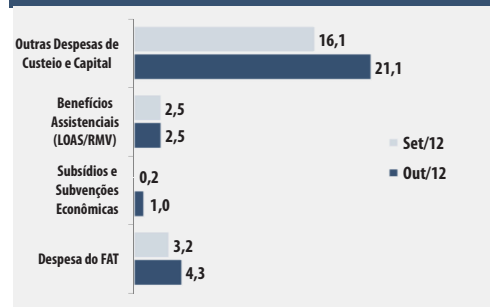
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 43,4 bilhões, representando um acréscimo de R\$ 7,2 bilhões (19,8%) em relação a setembro de 2012. Esse aumento decorreu principalmente do acréscimo de R\$ 6,9 bilhões (31,4%) nas despesas de Custeio e Capital.

**Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2012 - R\$ Bilhões**

**Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2012 - R\$ Bilhões**


As despesas de Custeio e Capital aumentaram R\$ 6,9 bilhões (31,4%) em relação ao mês anterior. Este comportamento deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

R\$ Milhões

i) aumento de Outras Despesas de Custeio e Capital, em R\$ 5,0 bilhões (31,1%), concentrado principalmente nas despesas discricionárias, que apresentaram acréscimo de R\$ 4,5 bilhões (35,3%), e maior execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujo aumento foi de R\$ 305,9 milhões (15,5%). Dentre as despesas discricionárias, os principais aumentos foram observados nos desembolsos dos Ministérios da Defesa (R\$ 1,7 bilhão) e Desenvolvimento Social (R\$ 706,0 milhões); e

ii) aumento de R\$ 1,1 bilhão (33,9%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2012/2013 (agosto/2012 a julho/2013), regulamentado pela Resolução Codefat nº 695/2012.

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2012

Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %
Precatórios e Sentenças	49,7	50,4	1,4%
Legislativo	103,6	125,6	21,2%
Judiciário	605,3	629,0	3,9%
Crédito Extraordinário ¹	266,8	331,4	24,2%
PAC ²	1.969,6	2.275,5	15,5%
Outras ³	436,2	544,8	24,9%
Discricionárias	12.690,6	17.172,6	35,3%
Min. da Saúde	6.084,7	5.974,6	-1,8%
Min. do Des. Social	1.700,6	2.406,6	41,5%
Min. da Educação	2.644,0	2.715,1	2,7%
Min. da Defesa	978,9	2.674,8	173,2%
Min. da Ciência e Tec.	273,1	533,4	95,3%
Min. do Des. Agrário	57,9	152,3	162,9%
Min. da Justiça	131,4	251,4	91,3%
Min. da Previdência	141,7	152,8	7,8%
Min. dos Transportes	78,0	76,3	-2,2%
Min. das Cidades	188,0	102,3	-45,6%
Demais	412,2	2.132,8	417,4%
Total	16.121,7	21.129,2	31,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 14,2 bilhões no mês frente a R\$ 14,0 bilhões em setembro de 2012, apresentando aumento de 1,0%.

Os gastos com investimentos do PAC apresentaram aumento de 15,5% em relação ao mês anterior.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 41,0 bilhões (11,5%) em relação aos primeiros dez meses de 2011, destacando-se as variações de R\$ 36,0 bilhões (17,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 4,9 bilhões (3,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. Cumpre destacar que, em percentual do PIB, houve decréscimo de 0,14 p.p. do PIB nas despesas de pessoal.

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões

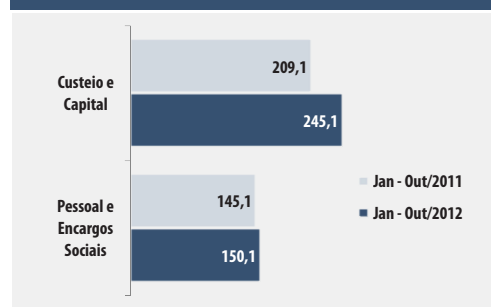
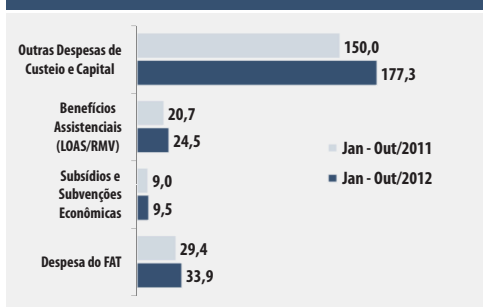


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões



R\$ Milhões

O aumento de R\$ 36,0 bilhões observados nos gastos com Custeio e Capital, quando comparados ao mesmo período de 2011, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 27,3 bilhões (18,2%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 19,9 bilhões (17,4%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 5,8 bilhões (27,7%) nas despesas do PAC; e c) redução de R\$ 2,3 bilhões (51,5%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 7,5 bilhões (16,1%); do Ministério da

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Jan - Out		Variação %
	2011	2012	
Precatórios e Sentenças	2.518,1	3.110,7	23,5%
Legislativo	1.021,0	1.155,1	13,1%
Judiciário	4.612,1	5.695,8	23,5%
Crédito Extraordinário ¹	4.426,9	2.145,5	-51,5%
PAC ²	20.815,3	26.579,1	27,7%
Outras ³	2.044,2	4.109,8	101,0%
Discricionárias	114.565,0	134.510,7	17,4%
Min. da Saúde	46.491,3	53.969,9	16,1%
Min. do Des. Social	16.303,4	19.886,8	22,0%
Min. da Educação	17.700,2	22.564,3	27,5%
Min. da Defesa	10.331,2	12.079,6	16,9%
Min. da Ciência e Tec.	3.486,0	4.056,9	16,4%
Min. do Des. Agrário	1.615,3	1.381,3	-14,5%
Min. da Justiça	2.197,3	1.996,1	-9,2%
Min. da Previdência	1.595,0	1.595,0	0,0%
Min. dos Transportes	833,5	831,6	-0,2%
Min. das Cidades	791,8	1.055,5	33,3%
Demais	13.219,9	15.093,7	14,2%
Total	150.002,6	177.306,7	18,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

No acumulado do ano, os gastos com investimentos do PAC apresentaram incremento de R\$ 5,8 bilhões (27,7%) em relação ao mesmo período de 2011.

Nos dez primeiros meses de 2012, as despesas com pessoal e encargos sociais reduziram 0,14 p.p. do PIB em relação a igual período de 2011, atingindo 4,12% em 2012 ante 4,25% em 2011.

Educação, com incremento de R\$ 4,9 bilhões (27,5%); e do Ministério do Desenvolvimento Social, com aumento de R\$ 3,6 bilhões (22,0%);

ii) aumento de R\$ 4,5 bilhões (15,2%) nas despesas do FAT, justificadas principalmente pelo reajuste de 14,1% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resolução Codefat nº 685/2011);

iii) incremento de R\$ 3,8 bilhões (18,5%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2011. Essa variação é explicada pelo aumento de 5,1% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 5,9% e de 14,1% do salário mínimo nos anos de 2011 e 2012, respectivamente; e

iv) aumento de R\$ 437,9 milhões (4,8%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, alcançando R\$ 9,5 bilhões no acumulado até outubro de 2012, contra R\$ 9,0 bilhões no mesmo período de

2011. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa Aquisição do Governo Federal - AGF (crescimento de R\$ 421,5 milhões); b) Custeio Agropecuário (crescimento de R\$ 412,4 milhões); e c) Programa de Sustentação do Investimento - PSI (crescimento de R\$ 322,7 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com o Programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 568,2 milhões) e com Programa de Sustentação de Preços (R\$ 556,7 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial registraram decréscimo de 0,14 p.p do PIB, passando de 4,25% em 2011 para 4,12% do PIB em 2012. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 4,9 bilhões (3,4%), passando de R\$ 145,1 bilhões em 2011, para R\$ 150,1 bilhões em 2012. Cumpre destacar que houve redução no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 1,0 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior.

R\$ Milhões

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas¹ Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2011/2012		
Discriminação	Jan - Out	
	2011	2012
Agricultura	4.939,2	4.406,5
Custeio Agropecuário	899,2	1.311,6
Investimento Rural	23,4	67,2
Preços Agrícolas	596,6	558,8
EGF	76,3	173,7
AGF	-388,1	33,4
Sustent. de preços	908,4	351,7
Pronaf	2.315,2	1.746,9
Pesa	574,2	290,9
Álcool	0,0	0,7
Cacau	0,1	0,4
Fundo da Terra/Incra	455,1	320,7
FUNCAFÉ	49,7	51,9
Revitaliza	25,7	57,3
Outros	1.033,7	1.932,5
PSI	429,0	751,7
Op. Microcredito (EQMPO)	0,0	190,7
Op. Microcredito (EQPCD)	0,0	0,0
FND	0,0	-34,1
FSA	0,0	53,3
Exportação (Proex)	304,4	357,6
Itaipu ²	65,7	302,2
Capitalização à Emgea	234,6	311,1
Total	5.972,9	6.339,0

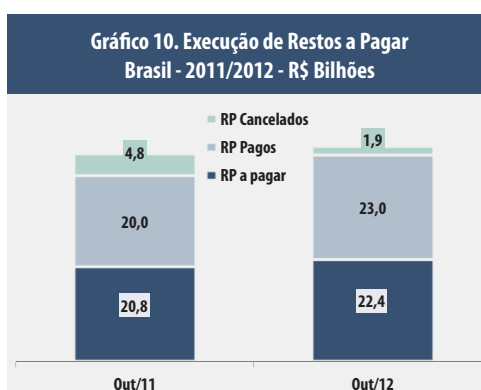
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até outubro de 2012, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 23,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 5,4 bilhões), da Saúde (R\$ 5,1 bilhões), da Defesa (R\$ 3,5 bilhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,5 bilhão).



R\$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2007 /2012						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
Jan-Out/07	2.556.287,7	-	1.229.427,3	-	1.326.860,4	-
Jan-Out/08	2.788.243,4	9,1%	1.348.735,1	9,7%	1.439.508,3	8,5%
Jan-Out/09	3.032.022,7	8,7%	1.477.799,0	9,6%	1.554.223,7	8,0%
Jan-Out/10	3.270.030,9	7,8%	1.576.634,6	6,7%	1.693.396,3	9,0%
Jan-Out/11	3.490.366,1	6,7%	1.653.197,9	4,9%	1.837.168,2	8,5%
Jan-Out/12	3.667.027,8	5,1%	1.712.003,4	3,6%	1.955.024,4	6,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Out	
	2011	2012
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	10,43%	10,89%
Pessoal e Encargos Social	4,25%	4,12%
Custeio e Capital	6,13%	6,72%
Despesas do FAT	0,86%	0,93%
Subsídios e Subvenções ¹	0,26%	0,26%
LOAS/RMV	0,61%	0,67%
Outras	4,40%	4,86%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência Social

R\$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Set/12	Out/12	Variação %	Jan - Out		Variação %
				2011	2012	
I. ARRECADÇÃO LÍQUIDA	21.610,7	22.381,3	3,6%	190.633,7	214.650,4	12,6%
Arrecadação Bruta	24.024,0	24.855,4	3,5%	212.705,9	239.683,5	12,7%
Contribuição Previdenciária	21.413,0	22.356,9	4,4%	190.778,2	215.350,6	12,9%
Simples	2.322,1	2.309,0	-0,6%	19.646,7	22.189,6	12,9%
CFT	21,6	26,6	23,5%	333,3	254,6	-23,6%
Depósitos Judiciais	257,9	153,3	-40,6%	1.846,8	1.795,4	-2,8%
Refis	9,5	9,5	0,1%	100,9	93,4	-7,4%
(-) Restituição/Devolução	-43,8	-131,1	199,3%	-843,8	-761,1	-9,8%
(-) Transferências a Terceiros	-2.369,5	-2.343,0	-1,1%	-21.228,4	-24.272,0	14,3%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	32.731,7	25.200,0	-23,0%	226.849,2	256.666,6	13,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-11.121,0	-2.818,7	-74,7%	-36.215,5	-42.016,2	16,0%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,06%	-1,15%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em outubro de 2012, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões contra déficit de R\$ 11,1 bilhões em setembro, devido, principalmente, ao pagamento no mês anterior da parcela do abono equivalente à gratificação natalina.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em outubro de 2012, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões, contra um déficit de R\$ 11,1 bilhões em setembro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) acréscimo de R\$ 770,5 milhões (3,6%) na arrecadação líquida frente aos ingressos líquidos de setembro de 2012; e

ii) diminuição de R\$ 7,5 bilhões (23,0%) nas despesas com benefícios frente a setembro de 2012 devido, principalmente, ao pagamento realizado no mês anterior da parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência.

Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação ao acumulado do ano anterior, o déficit previdenciário passou de 1,06% para 1,15% do PIB. Em termos nominais, o aumento registrado no déficit foi de R\$ 5,8 bilhões (16,0%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 24,0

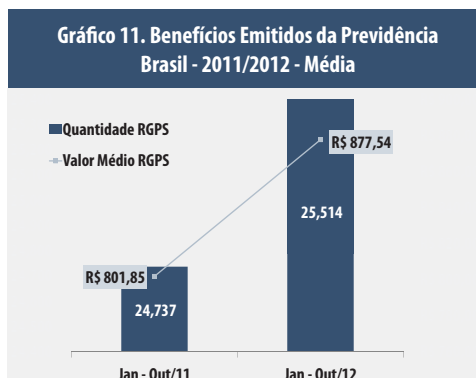
bilhões (12,6%). Isso se deve ao crescimento da massa salarial de 13,4% calculada para o período entre dezembro de 2011 a setembro de 2012, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 29,8 bilhões (13,1%) comparativamente ao mesmo período de 2011 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 75,69 (9,4%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e

ii) elevação de 776,4 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2012, comparado ao de 2011, destacam-se os aumentos de 562,5 mil aposentadorias (3,5%), de 169,6 mil pensões por morte (2,5%) e de 28,5 mil benefícios de auxílio-doença (2,0%).



No acumulado do ano, o déficit da previdência correspondeu a 1,15% do PIB.

Em mil benefícios

Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %	Jan - Out		Variação %
				2011	2012	
BENEFÍCIOS DO RGPS	25.797	25.867	0,3%	24.737	25.514	3,1%
Previdenciários	24.958	25.028	0,3%	23.908	24.680	3,2%
Aposentadorias	16.565	16.611	0,3%	15.831	16.386	3,5%
Idade	8.701	8.729	0,3%	8.284	8.597	3,8%
Invalidez	3.052	3.055	0,1%	2.979	3.034	1,9%
Tempo de contribuição	4.812	4.827	0,3%	4.568	4.755	4,1%
Pensão por morte	6.926	6.939	0,2%	6.701	6.872	2,6%
Auxílio-Doença	1.306	1.317	0,8%	1.236	1.270	2,8%
Salário - maternidade	85	84	-1,3%	77	79	2,5%
Outros	76	77	1,0%	63	73	15,2%
Acidentários	838	839	0,1%	829	833	0,5%
Aposentadorias	180	180	0,3%	170	177	4,5%
Pensão por morte	123	122	-0,1%	125	123	-1,2%
Auxílio - doença	176	176	0,2%	180	174	-3,4%
Auxílio - acidente	294	294	0,1%	284	292	2,7%
Auxílio - suplementar	66	66	-0,6%	71	67	-4,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Tabela 16 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012					
Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan - Out			Jan - Out	
	2011	2012		2011	2012
CONTRIBUIÇÃO	190.633,7	214.650,4	12,6%	5,59%	5,89%
Urbano	186.220,1	209.966,6	12,8%	5,46%	5,76%
Rural	4.413,7	4.683,8	6,1%	0,13%	0,13%
BENEFÍCIOS	226.849,2	256.666,6	13,1%	6,65%	7,04%
Urbano	177.252,8	198.770,9	12,1%	5,19%	5,45%
Rural	49.596,4	57.895,7	16,7%	1,45%	1,59%
RESULTADO PRIMÁRIO	-36.215,5	-42.016,2	16,0%	-1,06%	-1,15%
Urbano	8.967,2	11.195,7	24,9%	0,26%	0,31%
Rural	-45.182,7	-53.211,9	17,8%	-1,32%	-1,46%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 947,0 bilhões em outubro de 2012. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 20,0 bilhões, consequência do aumento de R\$ 19,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 351,4 milhões na dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %	Out/11	Out/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	838.565,6	858.258,8	2,3%	847.731,2	858.258,8	1,2%
Dívida Interna	2.660.286,3	2.694.934,9	1,3%	2.456.348,2	2.694.934,9	9,7%
Haveres Internos	1.821.720,7	1.836.676,1	0,8%	1.608.617,0	1.836.676,1	14,2%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	88.394,1	88.745,5	0,4%	73.533,4	88.745,5	20,7%
Dívida Externa	88.930,9	89.278,4	0,4%	73.937,1	89.278,4	20,7%
Haveres Externos	536,8	532,9	-0,7%	403,8	532,9	32,0%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	926.959,8	947.004,3	2,2%	921.264,6	947.004,3	2,8%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	21,3%	21,6%		22,5%	21,6%	

Fonte: Tesouro Nacional

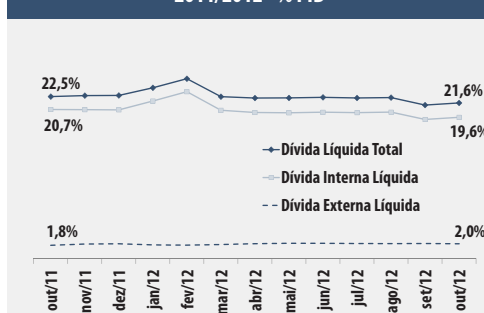
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a outubro de 2011, a DLTN aumentou R\$ 25,7 bilhões. Essa diferença é resultado do acréscimo de R\$ 15,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida e de R\$ 10,5 bilhões no da dívida interna líquida.

Em relação ao PIB, a DLTN diminuiu 0,9 p.p. no mesmo período, passando de 22,5% em outubro de 2011 para 21,6% em outubro de 2012.

Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2011/2012 - % PIB



Em outubro de 2012, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 21,6% do PIB, apresentando redução de 0,3 p.p. comparado a setembro de 2012.

Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %	Out/11	Out/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.660.286,3	2.694.934,9	1,3%	2.456.348,2	2.694.934,9	9,7%
Dívida Mobiliária	2.653.488,8	2.688.527,6	1,3%	2.445.299,0	2.688.527,6	9,9%
DPMFi em Poder do Público ¹	1.816.025,9	1.854.566,3	2,1%	1.732.624,8	1.854.566,3	7,0%
DPMFi em Poder do Banco Central	866.506,9	863.581,2	-0,3%	739.455,6	863.581,2	16,8%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-29.044,0	-29.619,9	2,0%	-26.781,4	-29.619,9	10,6%
Demais Obrigações Internas	6.797,5	6.407,3	-5,7%	11.049,2	6.407,3	-42,0%
II. HAVERES INTERNOS	1.821.720,7	1.836.676,1	0,8%	1.608.617,0	1.836.676,1	14,2%
Disponibilidades Internas	535.244,0	522.409,0	-2,4%	456.418,1	522.409,0	14,5%
Haveres junto aos Governos Regionais	508.093,3	510.675,4	0,5%	485.580,8	510.675,4	5,2%
Haveres da Administração Indireta	287.967,9	291.599,3	1,3%	255.821,1	291.599,3	14,0%
Haveres Administrados pela STN	490.415,3	511.992,5	4,4%	410.797,1	511.992,5	24,6%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	838.565,6	858.258,8	2,3%	847.731,2	858.258,8	1,2%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL / PIB ³	19,3%	19,6%		20,7%	19,6%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou decréscimo de 1,1 p.p. em comparação a outubro de 2011.

No mês de outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 858,3 bilhões, apresentando, em relação ao mês anterior, um aumento de R\$ 19,7 bilhões, resultado do aumento de R\$ 34,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 15,0 bilhões no saldo dos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 19,6% em outubro de 2012.

Relativamente ao ano anterior, houve acréscimo de R\$ 10,5 bilhões, passando de 847,7 bilhões, em outubro de 2011, para R\$ 858,3 bilhões em outubro de 2012. Esse comportamento decorreu do acréscimo de R\$ 238,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 228,1 bilhões no estoque dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve decréscimo de 1,1 p.p., passando de 20,7% para 19,6%.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 35,6 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 11,3 bilhões e pela apropriação de juros de R\$ 24,3 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %	Out/11	Out/12	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	1.816.025,9	1.854.566,3	2,1%	1.732.624,8	1.854.566,3	7,0%
LFT	422.430,3	434.770,8	2,9%	565.160,1	434.770,8	-23,1%
LTN	500.370,6	506.596,3	1,2%	357.675,9	506.596,3	41,6%
NTN-B	568.033,5	580.093,7	2,1%	451.146,4	580.093,7	28,6%
NTN-C	66.082,5	65.858,3	-0,3%	61.632,2	65.858,3	6,9%
NTN-F	224.597,3	233.006,3	3,7%	263.372,6	233.006,3	-11,5%
Demais ¹	34.511,7	34.240,8	-0,8%	33.637,6	34.240,8	1,8%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-29.044,0	-29.619,9	2,0%	-26.781,4	-29.619,9	10,6%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	866.506,9	863.581,2	-0,3%	739.455,6	863.581,2	16,8%
TOTAL	2.653.488,8	2.688.527,6	1,3%	2.445.299,0	2.688.527,6	9,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Na carteira de títulos em poder do público, o aumento de R\$ 38,5 bilhões está associado à emissão líquida de R\$ 22,8 bilhões e à apropriação de juros no valor de 15,7 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, a redução de R\$ 2,9 bilhões pode ser explicada pelo resgate de R\$ 11,5 bilhões e pela apropriação de juros no valor de 8,6 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional ¹ - Brasil - 2012					
Discriminação	Saldo Set/12	Fatores de Variação ²			Saldo Out/12
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
EM PODER DO PÚBLICO	1.816.025,9	47.732,8	-24.916,6	15.724,2	1.854.566,3
LFT	422.430,3	10.606,4	-879,6	2.613,8	434.770,8
LTN	500.370,6	23.539,8	-21.698,5	4.384,4	506.596,3
NTN-B	568.033,5	6.779,7	-700,9	5.981,4	580.093,7
NTN-C	66.082,5	-	-811,7	587,5	65.858,3
NTN-F	224.597,3	6.421,1	-12,4	2.000,3	233.006,3
Demais ⁵	34.511,7	385,8	-813,5	156,8	34.240,8
EM PODER DO BANCO CENTRAL	866.506,9	0,0	-11.500,0	8.574,3	863.581,2
TOTAL	2.682.532,8	47.732,8	-36.416,6	24.298,5	2.718.147,5

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 15,0 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo um menor volume das disponibilidades internas, e o aumento de R\$ 21,6 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R\$ 3,6 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 2,6 bilhões nos haveres junto aos governos regionais.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela emissão líquida de R\$ 11,3 bilhões e apropriação de juros de R\$ 24,3 bilhões.

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %	Out/11	Out/12	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	535.244,0	522.409,0	-2,4%	456.418,1	522.409,0	14,5%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	508.093,3	510.675,4	0,5%	485.580,8	510.675,4	5,2%
Lei 9.496/97	391.575,5	394.320,6	0,7%	366.234,8	394.320,6	7,7%
MP 2.185/01	64.411,7	64.792,2	0,6%	59.490,8	64.792,2	8,9%
Lei 8.727/93	22.708,1	22.219,4	-2,2%	29.738,8	22.219,4	-25,3%
Antecipação de Royalties	7.793,4	7.825,0	0,4%	9.050,7	7.825,0	-13,5%
Bônus Renegociados	5.194,5	5.042,6	-2,9%	4.738,9	5.042,6	6,4%
Demais Haveres	16.410,1	16.475,5	0,4%	16.326,7	16.475,5	0,9%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	287.967,9	291.599,3	1,3%	255.821,1	291.599,3	14,0%
FAT	166.859,5	168.489,3	1,0%	153.621,8	168.489,3	9,7%
Fundos Regionais	72.624,6	73.309,0	0,9%	64.716,0	73.309,0	13,3%
Demais	48.483,9	49.800,9	2,7%	37.483,2	49.800,9	32,9%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	490.415,3	511.992,5	4,4%	410.797,1	511.992,5	24,6%
TOTAL	1.821.720,7	1.836.676,1	0,8%	1.608.617,0	1.836.676,1	14,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nos saldos dos haveres administrados pela STN, o aumento mais significativo foi verificado no saldo dos haveres de legislação específica, R\$ 21,0 bilhões, em decorrência, principalmente, do contrato de financiamento formalizado junto ao BNDES no valor de R\$ 20,0 bilhões. Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 1,6 bilhão no saldo do FAT, de R\$ 684,4 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R\$ 1,3 bilhão nos saldos dos demais fundos.

Quanto aos haveres junto aos governos regionais, houve aumento de R\$ 2,7 bilhões nas dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e de R\$ 380,5 milhões nas dívidas renegociadas ao amparo da MP nº 2.185/01. Houve redução de R\$ 488,6 milhões nas dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 8.727/93.

Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Set/12	Out/12	Variação %	Out/11	Out/12	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	88.930,9	89.278,4	0,4%	73.937,1	89.278,4	20,7%
Dívida Mobiliária	76.603,0	76.846,4	0,3%	63.500,0	76.846,4	21,0%
Euro	2.223,3	2.258,8	1,6%	4.038,2	2.258,8	-44,1%
Global US\$	60.796,6	60.888,3	0,2%	47.547,1	60.888,3	28,1%
Global BRL	13.520,1	13.635,9	0,9%	11.809,3	13.635,9	15,5%
Demais	63,0	63,4	0,5%	105,4	63,4	-39,8%
Dívida Contratual	12.327,9	12.432,0	0,8%	10.437,1	12.432,0	19,1%
Organismos Internacionais	7.309,0	7.306,0	0,0%	6.312,1	7.306,0	15,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.018,9	5.126,0	2,1%	4.125,0	5.126,0	24,3%
II. HAVERES EXTERNOS	536,8	532,9	-0,7%	403,8	532,9	32,0%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	536,8	532,9	-0,7%	403,8	532,9	32,0%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	88.394,1	88.745,5	0,4%	73.533,4	88.745,5	20,7%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	2,0%	2,0%		1,8%	2,0%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em outubro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 88,7 bilhões, contra R\$ 88,4 bilhões em setembro. Houve aumento de R\$ 351,4 milhões em relação ao mês anterior. A apropriação de juros totalizou R\$ 685,7 milhões no período e houve resgate líquido R\$ 389,5 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2012

Discriminação	Saldo Set/12	Fatores de Variação ²				Saldo Out/12
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA ³	76.603,0	0,0	-316,5	518,5	41,3	76.846,4
Global US\$	60.796,6	0,0	-316,5	387,2	21,0	60.888,3
Euro	2.223,3	0,0	0,0	15,1	20,4	2.258,8
Global BRL	13.520,1	0,0	0,0	115,8	0,0	13.635,9
Demais	63,0	0,0	0,0	0,3	0,0	63,4
DÍVIDA CONTRATUAL	12.327,9	230,3	-303,3	167,2	9,9	12.432,0
Org. Internacionais	7.309,0	64,3	-133,3	63,4	2,5	7.306,0
Bancos Privados/Agências Governamentais	5.018,9	166,0	-169,9	103,8	7,3	5.126,0
TOTAL	88.930,9	230,3	-619,8	685,7	51,2	89.278,4

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, o acréscimo foi de R\$ 15,2 bilhões, passando de R\$ 73,5 bilhões, em outubro de 2011, para R\$ 88,7 bilhões, em outubro de 2012. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 86,1% (R\$ 76,8 bilhões) e a dívida contratual representa 13,9% (R\$ 12,4 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em relação ao mês de setembro manteve-se estável. Comparativamente ao ano anterior, houve aumento de 0,2 p.p., passando de 1,8% em outubro de 2011 para 2,0% em outubro de 2012.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas Primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações:

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão

Tabela A10 - Dividendos pagos à União

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social

POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Out/2011	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2012
I. RECEITA TOTAL	86.715,0	79.736,3	100.362,3	102.443,9	77.758,2	83.101,9	96.812,1	81.604,6	80.032,2	88.359,8	81.760,4	81.361,3	91.113,9
I.1. Receitas do Tesouro	65.988,5	58.973,7	64.710,5	82.650,5	58.717,5	60.652,7	74.804,1	59.560,9	58.188,0	65.785,8	59.005,1	59.594,1	68.459,0
I.1.1. Receita Bruta	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1	61.721,6	61.955,1	70.288,8
- Impostos	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5	25.618,4	26.873,9	32.247,0
- Contribuições	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1	24.398,4	25.111,2	27.437,9
- Demais ¹	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5	11.704,8	9.970,0	10.603,9
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4	-2.716,5	-2.361,0	-1.824,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,8
I.2. Receitas da Previdência Social	20.521,6	20.559,0	34.699,2	19.597,7	18.802,3	22.221,4	21.765,6	21.820,9	21.631,9	22.284,0	22.534,6	21.610,7	22.381,3
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6	22.038,6	21.112,1	21.918,7
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4	496,0	498,7	462,6
I.3. Receitas do Banco Central	204,9	203,7	952,7	195,8	238,4	227,8	242,5	222,8	212,3	290,1	220,7	156,4	273,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.247,2	15.152,4	19.377,7	15.622,5	18.190,9	12.285,9	16.557,7	18.060,6	13.445,8	11.474,3	14.209,4	10.863,1	12.303,5
II.1. Transferências Constitucionais (IPi, IR e outras)	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0	11.859,7	13.269,0	11.339,2	8.534,6	9.418,4	8.291,5	8.766,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	0,0	325,0
II.3. Transferências da Cide	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8	0,0	0,0	57,0
II.4. Demais	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4	4.628,5	2.571,6	3.155,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	71.467,7	64.583,9	80.984,6	86.821,5	59.567,3	70.816,0	80.254,5	63.544,0	66.586,3	76.885,6	67.551,0	70.498,2	78.810,4
IV. DESPESA TOTAL	59.962,4	59.873,5	78.967,0	66.005,5	54.194,7	63.189,2	69.045,6	61.766,5	65.472,5	72.892,0	65.951,3	69.210,0	68.895,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	13.530,5	15.303,9	18.847,0	16.318,1	14.225,8	13.885,8	15.977,4	14.352,2	14.766,1	18.199,7	14.109,2	14.040,4	14.177,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	21.849,8	24.775,7	29.813,3	22.603,1	23.945,8	23.985,9	27.081,2	24.394,0	24.389,2	24.865,0	27.470,8	32.731,7	25.200,0
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9	20.404,8	26.146,4	19.557,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1	7.066,0	6.585,3	5.642,6
IV.3. Custeio e Capital	24.120,2	19.268,4	29.402,8	26.718,6	15.628,5	24.834,6	25.484,6	22.519,7	25.849,6	29.255,7	23.875,6	22.024,1	28.941,2
IV.3.1. Despesa do FAT	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6	4.317,6	3.225,3	4.318,7
- Abono e Seguro Desemprego	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4	4.276,8	3.203,9	4.274,1
- Demais Despesas do FAT	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2	40,9	21,4	44,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	594,3	-135,8	191,3	984,9
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9	-399,9	-67,2	728,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	101,7	358,3	360,8	410,9	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	254,5	264,1	258,5	256,0
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2	2.481,0	2.485,8	2.508,4
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.815,5	11.255,3	18.993,9	18.786,3	16.823,3	19.796,3	18.372,5	17.212,7	16.121,7	21.129,2
- Outras Despesas de Custeio	12.290,0	10.907,4	15.586,0	11.102,3	9.389,0	12.902,2	13.359,8	11.675,9	13.208,4	12.448,0	13.507,6	13.370,6	15.440,0
- Outras Despesas de Capital ⁶	4.754,0	3.228,8	7.971,3	7.713,2	1.866,2	6.091,7	5.426,6	5.147,4	6.587,9	5.924,4	3.705,1	2.751,1	5.689,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,2	185,2	175,4	158,5	186,6	192,1	182,9	189,5	175,5	247,1	186,0	115,5	238,5
IV.5. Despesas do Banco Central	276,8	340,3	728,4	207,2	208,1	290,8	319,3	311,2	292,0	324,6	309,7	298,2	339,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	11.505,3	4.710,4	2.017,6	20.816,0	5.372,6	7.626,8	11.208,9	1.777,5	1.113,8	3.993,5	1.599,7	1.288,3	9.914,6
VI.1. Tesouro Nacional	12.905,4	9.063,7	-3.092,6	23.832,8	10.485,7	9.454,3	16.601,3	4.439,0	3.950,8	6.609,1	6.624,9	12.551,0	12.798,6
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-1.328,1	-4.216,7	4.885,9	-3.005,4	-5.143,4	-1.764,5	-5.315,7	-2.573,1	-2.757,3	-2.581,0	-4.936,2	-11.121,0	-2.818,7
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	2.901,0	1.539,2	10.026,2	1.774,8	-96,8	3.197,3	179,9	2.386,7	2.229,2	2.563,7	1.633,8	-5.034,3	2.361,3
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-4.229,1	-5.755,9	-5.140,3	-4.780,2	-5.046,6	-4.961,8	-5.495,6	-4.959,8	-4.986,5	-5.144,7	-6.570,0	-6.086,7	-5.180,0
VI.3. Banco Central ⁹	-72,0	-136,6	224,3	-11,4	30,3	-63,0	-76,8	-88,4	-79,7	-34,6	-89,0	-141,7	-65,3
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	0,0	0,0	0,0	147,5	144,0	154,6	159,4	169,1	38,8	300,9	81,3	31,9	86,2
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-101,4	97,7	485,3	-730,2	-200,1	-325,4	110,8	-388,6	866,3	-459,7	-508,4	-389,6	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	11.403,9	4.808,1	2.502,9	20.233,2	5.316,5	7.456,1	11.479,1	1.558,0	2.019,0	3.834,7	1.172,6	930,6	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-14.524,7	-13.579,7	-15.973,9	-18.048,7	-14.362,3	-17.792,4	-11.751,4	-11.097,6	-9.197,6	-11.372,0	-9.302,7	-4.805,1	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-3.120,8	-8.771,6	-13.471,0	2.184,4	-9.045,8	-10.336,3	-272,3	-9.539,7	-7.178,7	-7.537,4	-8.130,1	-3.874,5	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6	1.010,9	1.020,9	1.062,2
RMV ⁶	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1	147,8	146,3	144,8

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisitos, sujeitos a alteração. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Inclui Orçamento de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Out/2011	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2012
I. RECEITA TOTAL	86.715,0	79.736,3	100.362,3	102.443,9	77.758,2	83.101,9	96.812,1	81.604,6	80.032,2	88.359,8	81.760,4	81.361,3	91.113,9
I.1. Receitas do Tesouro	65.988,5	58.973,7	64.710,5	82.650,5	58.717,5	60.652,7	74.804,1	59.560,9	58.188,0	65.785,8	59.005,1	59.594,1	68.459,0
I.1.1. Receita Bruta	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1	61.721,6	61.955,1	70.288,8
I.1.1.1. Impostos	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5	25.618,4	26.873,9	32.247,0
IR	25.426,8	18.328,5	23.364,5	32.505,7	17.547,7	21.522,5	27.837,1	17.712,5	21.933,6	21.998,2	16.602,9	17.823,3	23.119,3
IR - Pessoa Física	2.383,7	1.414,9	1.235,7	1.188,2	857,6	992,6	5.716,8	2.390,7	2.233,5	2.110,2	1.858,9	1.819,4	1.614,9
IR - Pessoa Jurídica	12.611,7	6.656,1	6.100,6	17.727,1	8.207,9	10.362,5	11.655,6	5.591,7	6.045,9	10.328,0	5.707,7	6.918,4	11.773,7
IR - Retido na Fonte	10.431,4	10.257,5	16.028,2	13.590,3	8.482,2	10.167,4	10.464,7	9.730,0	13.654,1	9.560,1	9.036,2	9.085,6	9.730,8
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.199,3	6.577,5	6.248,8	8.278,8	5.467,9	6.803,5	6.109,5	5.872,7	5.703,6	5.638,2	5.555,9	5.788,0	5.645,1
IRRF - Rendimentos do Capital	3.368,9	2.225,4	7.339,8	3.078,8	1.686,4	1.804,9	2.465,3	2.080,3	6.313,1	1.967,3	1.822,7	1.620,5	2.038,5
IRRF - Remessas ao Exterior	1.288,1	857,6	1.782,6	1.442,3	707,2	983,2	1.263,9	1.174,8	940,8	1.241,5	982,3	981,8	1.375,5
IRRF - Outros Rendimentos	575,0	597,0	657,1	790,4	620,7	575,8	626,1	602,2	696,6	713,1	675,3	695,2	671,7
IPI	4.587,3	4.138,5	4.036,1	4.582,4	3.487,2	3.602,3	4.201,7	4.308,1	3.395,0	3.467,0	3.690,7	3.674,2	3.645,9
IPI - Fumo	305,1	316,8	341,2	324,7	300,4	286,9	409,7	632,2	183,3	235,8	303,5	322,1	333,8
IPI - Bebidas	282,1	295,5	203,6	445,9	235,7	252,2	267,1	218,3	242,8	251,2	211,1	248,3	161,1
IPI - Automóveis	714,6	470,3	460,6	751,9	404,4	396,0	452,2	464,5	164,0	177,6	144,6	322,1	198,0
IPI - Vinculado a importação	1.356,3	1.444,9	1.331,4	1.287,6	1.233,0	1.355,5	1.285,6	1.581,6	1.235,7	1.370,5	1.477,5	1.176,8	1.421,6
IPI - Outros	1.929,2	1.611,0	1.699,4	1.772,2	1.313,8	1.311,8	1.787,1	1.411,6	1.569,2	1.432,0	1.553,9	1.604,9	1.531,4
IOF	2.858,5	2.627,7	2.999,7	2.930,6	2.450,9	2.583,4	2.765,4	2.560,6	2.650,4	2.514,1	2.344,6	2.461,7	2.335,5
Imposto de Importação	2.427,3	2.744,2	2.505,6	2.337,7	2.172,0	2.415,7	2.243,1	2.740,3	2.538,8	2.719,9	2.962,6	2.511,5	3.070,6
Outros	66,6	50,1	46,3	17,4	13,6	14,6	12,0	13,6	13,8	15,4	17,6	403,1	75,7
I.1.1.2. Contribuições	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1	24.398,4	25.111,2	27.437,9
COFINS	13.536,4	13.729,9	13.856,2	14.749,8	12.261,9	12.966,0	14.058,8	13.880,6	14.540,1	14.490,5	15.187,1	15.246,8	15.265,9
CPMF	6,4	23,5	17,3	8,4	42,4	4,5	8,5	7,5	42,0	6,5	6,8	5,4	9,7
CSLL	5.921,9	3.585,0	3.152,4	8.905,2	4.903,9	5.189,7	5.414,7	3.014,8	3.290,4	5.826,5	3.261,5	3.876,7	6.181,1
CIDE-Combustíveis	836,5	636,6	426,1	415,7	399,1	436,1	436,9	394,7	426,9	224,1	0,8	0,7	-2,5
Pis/Pasep	3.515,7	3.572,4	3.685,3	3.993,7	3.443,5	3.577,9	3.664,7	3.699,9	3.894,8	3.835,2	3.922,4	4.023,5	3.927,3
Salário Educação	1.058,2	1.059,6	1.104,3	1.934,7	1.145,9	1.119,4	1.114,1	1.132,4	1.161,1	1.152,4	1.183,5	1.196,1	1.184,2
Outras ¹	431,8	461,7	526,1	659,0	466,8	428,9	738,4	832,7	784,3	719,8	836,2	762,0	872,1
I.1.1.3. Demais	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5	11.704,8	9.970,0	10.603,9
CPSS ²	837,3	1.421,7	1.155,9	900,1	856,2	908,6	868,9	945,2	896,4	891,0	886,6	891,1	897,1
Cota parte de compensações financeiras	4.765,5	1.552,0	1.590,4	5.518,9	1.556,4	1.491,0	5.690,0	1.540,5	1.600,9	5.467,4	1.443,9	1.584,7	5.060,5
Diretamente arrecadadas	2.382,5	3.013,5	2.759,5	3.186,0	2.677,7	2.901,2	5.970,2	2.705,3	3.073,3	3.060,7	2.811,8	3.562,5	2.635,1
Concessões	39,6	17,8	2.088,1	317,9	15,5	15,1	35,5	407,6	12,9	54,7	210,8	12,1	1.098,9
Dividendos	9,1	2.100,7	532,7	0,0	4.961,8	3,2	76,6	2.731,7	183,5	2.339,9	5.828,6	3.602,6	16,0
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	146,5	1.728,1	1.709,9	423,6	922,1	1.944,5	322,9	1.778,8	539,7	510,7	523,1	317,0	896,3
I.1.2. (-) Restituições	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4	-2.716,5	-2.361,0	-1.824,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,8
I.2. Receitas da Previdência Social	20.521,6	20.559,0	34.699,2	19.597,7	18.802,3	22.221,4	21.765,6	21.820,9	21.631,9	22.284,0	22.534,6	21.610,7	22.381,3
Urbana	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6	22.038,6	21.112,1	21.918,7
Rural	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4	496,0	498,7	462,6
I.3. Receitas do Banco Central	204,9	203,7	952,7	195,8	238,4	227,8	242,5	222,8	212,3	290,1	220,7	156,4	273,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.247,2	15.152,4	19.377,7	15.622,5	18.190,9	12.285,9	16.557,7	18.060,6	13.445,8	11.474,3	14.209,4	10.863,1	12.303,5
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0	11.859,7	13.269,0	11.339,2	8.534,6	9.418,4	8.291,5	8.766,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	0,0	325,0
II.3. Transferências da Cide	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8	0,0	0,0	57,0
II.4. Demais	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4	4.628,5	2.571,6	3.155,4
II.4.1. Salário Educação	731,3	634,8	635,8	602,2	1.160,8	687,5	671,6	668,5	739,8	696,7	691,3	709,9	718,0
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	1.186,3	2.732,1	1.161,1	1.271,8	3.033,9	1.349,4	1.181,4	3.337,8	1.188,4	1.134,3	3.313,9	1.053,9	1.355,1
II.4.3. Fundef/Fundeb	1.268,0	0,0	1.268,0	1.795,7	0,0	606,9	2.372,9	606,9	0,0	606,9	606,9	755,2	755,2
II.4.4. Outras	284,5	65,3	52,9	51,7	17,5	16,6	17,3	15,9	15,8	18,5	16,5	52,5	327,1

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração.

¹ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

² Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Out/2011	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2012
I. DESPESA TOTAL	59.962,4	59.873,5	78.967,0	66.005,5	54.194,7	63.189,2	69.045,6	61.766,5	65.472,5	72.892,0	65.951,3	69.210,0	68.895,8
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	13.530,5	15.303,9	18.847,0	16.318,1	14.225,8	13.885,8	15.977,4	14.352,2	14.766,1	18.199,7	14.109,2	14.040,4	14.177,1
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	285,7	56,3	153,6	81,2	120,0	178,9	2.255,7	391,6	278,9	339,9	142,5	270,9	226,6
I.2. Benefícios Previdenciários	21.849,8	24.775,7	29.813,3	22.603,1	23.945,8	23.985,9	27.081,2	24.394,0	24.389,2	24.865,0	27.470,8	32.731,7	25.200,0
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9	20.404,8	26.146,4	19.557,4
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	247,8	468,3	249,3	114,8	247,2	251,9	2.275,7	292,7	363,2	449,1	205,1	293,4	349,2
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1	7.066,0	6.585,3	5.642,6
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	68,4	156,4	59,0	34,3	72,5	73,5	659,4	85,6	106,3	131,2	71,4	74,2	101,4
I.3. Custeio e Capital	24.120,2	19.268,4	29.402,8	26.718,6	15.628,5	24.834,6	25.484,8	22.519,7	25.849,6	29.255,7	23.875,6	22.024,1	28.941,2
I.3.1. Despesa do FAT	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6	4.317,6	3.225,3	4.318,7
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4	4.276,8	3.203,9	4.274,1
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2	40,9	21,4	44,6
I.3.2. Subsidios e Subvenções Econômicas ³	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	594,3	-135,8	191,3	984,9
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9	-399,9	-67,2	728,8
Equalização de custeio agropecuário	411,0	9,0	9,2	453,2	0,0	86,7	515,5	84,7	8,9	133,7	8,0	0,0	20,9
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	-0,4	0,1	0,1	80,7	0,0	-18,3	5,2	0,0	0,2	0,3	-17,4	0,0	16,4
Política de preços agrícolas	471,2	-20,9	-110,5	373,8	84,9	140,5	158,4	32,5	32,8	-54,5	-53,9	-161,2	5,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,3	0,2	0,2	53,8	0,0	26,8	76,6	0,5	0,3	14,8	0,3	0,0	0,6
Equalização Aquisições do Governo Federal	164,5	-21,1	-31,7	300,0	44,9	63,7	41,8	2,0	-7,4	-109,3	-94,3	-166,2	-41,8
Garantia à Sustentação de Preços	272,4	0,0	-79,0	20,0	40,0	50,0	40,0	30,0	40,0	40,0	40,0	5,0	46,7
Pronaf	153,4	0,3	-2,9	1.546,9	-0,6	68,3	390,3	126,3	21,3	94,4	-528,5	-124,8	153,2
Equalização Empréstimo do Governo Federal	133,7	1,3	10,2	1.528,2	0,0	47,3	391,5	114,5	4,8	82,5	41,6	0,0	153,8
Concessão de Financiamento ⁵	19,6	-1,0	-13,1	18,7	-0,6	21,1	-1,1	11,8	16,6	12,0	-570,1	-124,8	-0,7
Proex	12,6	-2,5	23,5	-34,4	-38,3	62,4	38,5	23,3	86,5	19,8	-12,7	62,4	150,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	29,1	31,0	33,4	45,5	19,3	47,1	36,1	41,9	35,5	34,3	0,9	135,9	93,2
Concessão de Financiamento ⁵	-16,5	-33,5	-9,9	-79,9	-57,7	15,4	2,4	-18,6	51,0	-14,6	-13,5	-73,4	56,9
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	19,1	49,3	206,0	44,6	0,0	0,0	63,3	0,0	70,0	0,0	0,0	30,4	82,7
Álcool	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	143,1	42,6	208,5	18,8	0,4	12,6	10,7	83,4	24,9	25,5	59,3	18,9	66,2
Funcafé	2,0	5,1	10,9	11,3	7,3	7,9	8,6	4,8	1,2	2,7	2,4	2,3	3,4
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	61,4	0,0	-10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,8
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)	0,0	0,0	0,0	240,0	0,0	0,0	500,0	0,0	0,0	11,7	0,0	0,0	0,0
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)				37,4	20,6	12,5	15,3	15,8	17,9	17,5	16,8	19,4	17,4
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁷				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	0,0	0,0	0,0	-6,7	-5,8	-3,2	-5,0	-5,0	-8,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53,3	0,0	0,0	0,0
Capitalização à Emgea	148,2	148,2	154,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,6	48,4	172,1
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	65,7	15,8	17,0	17,0	17,1	29,8	29,4	32,7	34,0	35,5	35,5	37,1	34,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	101,7	358,3	360,8	410,9	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	254,5	264,1	258,5	256,0
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁸	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2	2.481,0	2.485,8	2.508,4
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.815,5	11.255,3	18.993,9	18.786,3	16.823,3	19.796,3	18.372,5	17.212,7	16.121,7	21.129,2
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	42,4	40,9	35,4	25,0	39,2	47,2	91,7	1.471,7	1.225,7	69,1	40,9	49,7	50,4
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	570,6	567,3	801,5	604,9	607,4	709,6	641,5	733,8	674,0	693,7	722,6	708,9	754,5
Legislativo	87,0	101,3	122,4	114,4	95,9	126,3	111,8	122,9	106,6	125,8	122,2	103,6	125,6
Judiciário	483,6	466,1	679,2	490,5	511,5	583,3	529,7	610,9	567,4	567,9	600,4	605,3	629,0
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	407,8	142,9	467,1	194,3	151,1	174,2	101,2	159,4	283,6	209,0	274,5	266,8	331,4
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.831,5	2.014,3	5.193,0	3.114,8	1.016,1	3.890,5	3.316,2	2.860,7	4.415,9	1.658,2	2.061,7	1.969,6	2.275,5
I.3.5.5. Outras Obrigações ⁹	891,5	171,4	407,3	521,7	161,4	922,8	153,0	173,4	491,8	484,5	220,1	436,2	544,8
I.3.5.6. Discricionárias	12.300,1	11.199,4	16.653,0	14.354,7	9.280,0	13.249,6	14.482,7	11.424,4	12.705,4	15.257,8	13.892,9	12.690,6	17.172,6
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,2	185,2	175,4	158,5	186,6	192,1	182,9	189,5	175,5	247,1	186,0	115,5	238,5
I.5. Despesas do Banco Central	276,8	340,3	728,4	207,2	208,1	290,8	319,3	311,2	292,0	324,6	309,7	298,2	339,0
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6	1.010,9	1.020,9	1.062,2
RMV ⁷	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1	147,8	146,3	144,8

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

⁸ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁹ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL *

R\$ milhões

	Out/2011	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2012
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	78.793,0	93.472,8	113.794,7	78.586,2	94.587,0	85.124,0	96.198,9	94.913,6	82.604,0	83.347,1	91.239,0	82.997,3	87.158,1
I.1 - Recolhimento Bruto	54.411,6	71.615,5	73.165,4	54.658,8	72.460,9	59.683,1	71.213,9	69.845,9	58.103,6	57.173,9	64.588,9	58.160,2	61.378,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	-1,0	0,0	0,0	-5,8
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.950,4	1.154,7	3.216,1	1.704,3	1.717,0	1.667,1	1.774,1	1.629,6	1.188,7	2.213,7	1.691,5	1.144,9	1.850,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	178,3	164,2	170,1	344,8	178,1	179,1	150,5	148,4	151,3	289,1	957,6	424,3	172,7
I.5 - Receita do Salário Educação	1.177,7	1.175,7	1.229,9	2.153,4	1.272,2	1.239,6	1.230,4	1.253,9	1.285,5	1.276,0	1.311,0	1.325,1	1.312,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	21.098,4	19.362,7	36.013,9	19.724,9	18.958,8	22.386,9	21.935,4	22.035,7	21.874,9	22.395,5	22.690,1	21.942,7	22.449,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	79.288,2	99.952,2	103.890,5	84.887,1	91.131,0	91.707,9	87.407,9	97.486,5	89.863,3	112.234,8	99.548,0	91.075,9	84.920,5
II.1 - Liberações Vinculadas	18.077,3	18.409,9	19.616,0	19.337,9	22.791,2	15.871,3	19.515,3	21.740,9	17.879,0	15.240,6	19.522,0	14.796,2	17.150,5
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	11.051,8	11.622,8	16.278,1	12.048,2	14.732,6	10.085,4	12.644,1	14.146,3	12.087,8	9.093,6	10.035,2	8.831,2	9.339,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.791,8	3.448,4	1.738,9	2.401,8	4.221,1	2.051,9	2.164,5	4.024,5	1.946,8	2.287,6	3.911,0	1.930,5	2.348,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.421,2	2.526,2	786,5	4.725,4	3.675,0	3.571,5	4.544,3	3.407,6	3.681,8	3.696,9	5.413,2	3.872,0	5.300,0
II.2 - Liberações Ordinárias	61.210,9	81.542,2	84.274,5	65.549,2	68.339,8	75.836,7	67.892,6	75.745,6	71.984,3	96.994,2	80.026,1	76.279,7	67.769,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.879,9	21.846,4	17.445,1	17.372,7	15.134,8	15.073,7	17.949,0	16.344,9	19.511,4	15.591,5	15.605,1	15.500,6	15.610,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	94,3	119,4	713,0	1.571,6	99,6	112,9	1.096,9	123,5	170,3	1.092,9	484,3	1.278,7	476,4
i) Dívida Contratual Interna	94,3	85,9	643,9	66,5	92,5	94,6	96,8	88,9	88,0	91,2	83,5	74,2	76,4
ii) Dívida Contratual Externa	0,0	33,5	69,1	1.505,1	7,1	18,3	1.000,0	34,6	82,3	1.001,7	400,8	1.204,4	400,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.264,1	8.163,4	3.205,5	2.541,0	8.110,0	5.142,1	2.450,7	7.400,5	50,0	23.584,9	10.700,0	4.853,9	734,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	20.975,6	28.542,9	25.779,8	23.316,3	24.174,5	28.951,3	21.759,2	24.177,3	24.226,6	30.585,0	25.708,9	28.370,8	24.904,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	22.180,1	22.723,3	36.878,0	18.192,0	20.679,6	26.158,2	23.444,7	27.301,8	27.668,9	25.702,3	27.215,7	26.074,1	25.544,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	816,9	146,8	253,1	2.555,6	141,3	398,5	1.192,1	397,7	357,0	437,6	312,2	201,7	499,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-495,1	-6.479,4	9.904,2	-6.300,9	3.455,9	-6.583,9	8.790,9	-2.572,9	-7.259,3	-28.887,7	-8.309,0	-8.078,6	2.237,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	23.797,4	32.189,9	19.704,7	82.376,3	77.693,0	28.755,6	34.170,8	29.070,2	24.091,3	35.092,9	26.420,6	36.683,7	28.624,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	22.203,3	29.396,2	17.915,3	80.449,5	74.995,9	26.951,0	32.250,5	27.554,6	22.598,1	32.985,4	24.756,2	34.286,2	25.978,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.594,0	2.793,7	1.789,5	1.926,8	2.697,1	1.804,6	1.920,3	1.515,6	1.493,3	2.107,5	1.664,4	2.397,6	2.645,5
V. DESPESAS	26.569,9	18.609,2	18.733,8	110.320,4	600,8	23.853,3	25.800,2	1.099,1	1.358,0	118.093,7	40.423,9	22.021,4	23.382,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	26.569,6	15.593,2	18.544,5	109.107,2	584,2	23.812,2	23.000,0	1.040,4	1.086,0	117.591,2	40.423,7	21.011,5	22.882,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	26.312,0	15.353,1	18.151,3	108.939,0	350,1	23.577,1	22.760,5	805,3	850,0	117.296,8	40.189,5	20.780,0	22.649,9
V.1.2 - Dívida Contratual	257,6	240,1	393,2	168,2	234,1	235,1	239,5	235,2	236,0	294,4	234,2	231,5	232,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	0,3	3.016,0	189,3	1.213,2	16,6	41,1	2.800,2	58,6	272,0	502,5	0,2	1.010,0	500,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	-4.108,7	14.043,1	-236,1	-28.489,5	74.645,8	3.373,9	9.490,0	26.749,3	21.748,1	-84.311,5	-15.433,4	13.506,2	3.329,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	13.458,5	6.726,6	-256,1	-16.904,7	12.058,1	52.629,9	32.789,7	1.730,8	5.299,7	-19.048,7	14.410,1	49.686,2	-7.002,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	10.190,8	13.827,9	10.619,0	-51.149,6	92.606,3	50.948,3	49.951,2	27.129,0	20.773,7	-130.937,3	-7.902,3	56.270,0	477,7

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Out/2011	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2012
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	25.958,5	26.539,4	29.899,0	4.095,3	18.058,1	107.629,9	32.789,7	5.059,6	5.299,7	18.941,7	34.267,9	49.686,2	4.462,1
I.1. Emissão de Títulos	21.682,0	22.489,2	25.071,8	0,0	14.182,6	0,0	28.447,5	0,0	0,0	15.061,1	30.073,0	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	4.124,0	3.910,8	4.640,9	3.718,0	3.530,9	3.863,0	4.067,5	4.835,9	5.076,8	3.706,8	4.057,6	4.277,4	4.327,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	152,5	139,5	186,3	377,3	344,6	282,8	274,6	223,7	223,0	173,9	137,3	125,7	134,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	103.484,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45.283,2	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	12.500,0	19.812,9	30.155,2	21.000,0	6.000,0	55.000,0	0,0	3.328,8	0,0	37.990,4	19.857,8	0,0	11.464,4
II.1. Resgate de Títulos	12.008,5	17.787,4	24.978,0	18.000,0	0,0	43.965,8	0,0	0,0	0,0	28.816,1	15.694,1	0,0	10.964,4
II.2. Encargos da DPMF	491,5	2.025,5	5.177,2	3.000,0	6.000,0	11.034,2	0,0	3.328,8	0,0	9.174,3	4.163,6	0,0	500,0
III. RESULTADO (I - II)	13.458,5	6.726,6	-256,1	-16.904,7	12.058,1	52.629,9	32.789,7	1.730,8	5.299,7	-19.048,7	14.410,1	49.686,2	-7.002,2

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/11	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/12
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	847.731,2	850.597,7	853.411,2	905.770,7	963.513,9	862.173,6	856.118,4	860.427,9	867.181,7	869.217,4	876.509,8	838.565,6	858.258,8
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.456.348,2	2.485.834,4	2.517.419,4	2.495.317,6	2.593.004,3	2.561.689,5	2.614.426,8	2.658.505,4	2.715.519,3	2.606.887,5	2.615.264,7	2.660.286,3	2.694.934,9
DPMFi em Poder do Público ¹	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5	1.760.186,6	1.775.901,2	1.794.708,1	1.833.120,3	1.881.652,0	1.788.400,6	1.778.876,8	1.816.025,9	1.854.566,3
DPMFi em Poder do Banco Central	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1	854.291,8	807.570,3	842.898,3	848.794,9	857.658,0	841.195,2	858.527,0	866.506,9	863.581,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0	-30.625,1	-30.650,7	-31.726,1	-31.637,1	-31.672,1	-30.189,9	-29.260,6	-29.044,0	-29.619,9
Demais Obrigações Internas	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0	9.151,1	8.868,8	8.546,4	8.227,3	7.881,4	7.481,6	7.121,5	6.797,5	6.407,3
I.2. HAVERES INTERNOS	1.608.617,0	1.635.236,8	1.664.008,2	1.589.546,9	1.629.490,4	1.699.515,9	1.758.308,4	1.798.077,5	1.848.337,5	1.737.670,1	1.738.754,9	1.821.720,7	1.836.676,1
Disponibilidades Internas	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.952,5	433.980,2	496.530,6	547.899,2	573.373,9	603.820,7	489.040,0	477.877,0	535.244,0	522.409,0
Haveres junto aos Governos Regionais	485.580,8	486.564,7	486.316,1	484.195,9	484.254,8	483.994,7	485.791,2	490.313,8	494.630,8	496.197,7	502.778,4	508.093,3	510.675,4
Haveres da Administração Indireta	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.867,8	266.435,3	269.691,2	272.968,5	277.214,4	281.170,4	281.041,4	285.571,0	287.967,9	291.599,3
Haveres Administrados pela STN	410.797,1	415.656,7	436.643,0	444.530,7	444.820,1	449.299,4	451.649,4	457.175,4	468.715,7	471.391,0	472.528,6	490.415,3	511.992,5
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	73.533,4	80.519,9	82.877,8	76.507,1	75.481,7	79.636,0	85.265,3	88.322,5	88.450,0	87.763,4	87.831,0	88.394,1	88.745,5
II.1. DÍVIDA EXTERNA	73.937,1	80.925,2	83.292,6	76.794,2	75.851,2	80.032,6	85.733,2	88.906,6	89.049,6	88.411,8	88.427,9	88.930,9	89.278,4
Dívida Mobiliária	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6	65.437,6	69.010,3	74.501,0	76.761,6	77.193,2	76.212,9	76.126,6	76.603,0	76.846,4
Dívida Contratual	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6	10.413,6	11.022,2	11.232,2	12.145,0	11.856,5	12.199,0	12.301,3	12.327,9	12.432,0
II.2. HAVERES EXTERNOS	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4	596,8	536,8	532,9
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4	596,8	536,8	532,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	921.264,6	931.117,5	936.288,9	982.277,9	1.038.995,6	941.809,6	941.383,7	948.750,4	955.631,7	956.980,8	964.340,8	926.959,8	947.004,3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹²	22,5%	22,6%	22,6%	23,6%	24,8%	22,3%	22,2%	22,3%	22,4%	22,3%	22,3%	21,3%	21,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/11	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/12
I. DÍVIDA INTERNA	2.456.348,2	2.485.834,4	2.517.419,4	2.495.317,6	2.593.004,3	2.561.689,5	2.614.426,8	2.658.505,4	2.715.519,3	2.606.887,5	2.615.264,7	2.660.286,3	2.694.934,9
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5	1.760.186,6	1.775.901,2	1.794.708,1	1.833.120,3	1.881.652,0	1.788.400,6	1.778.876,8	1.816.025,9	1.854.566,3
LFT	565.160,1	564.728,6	548.664,1	556.027,0	497.750,4	475.496,3	477.900,2	482.171,0	447.403,9	448.270,3	449.051,3	422.430,3	434.770,8
LTN	357.675,9	380.993,8	402.376,0	426.579,9	470.872,9	491.030,2	489.538,8	512.075,8	541.623,5	443.439,5	464.647,6	500.370,6	506.596,3
NTN-B	451.146,4	443.606,0	453.528,8	466.263,1	503.107,9	514.458,6	527.459,5	532.333,2	570.305,0	580.640,7	546.043,8	568.033,5	580.093,7
NTN-C	61.632,2	62.143,9	62.443,1	60.893,7	61.103,1	61.848,2	62.153,7	63.311,0	64.210,6	63.517,2	64.984,1	66.082,5	65.858,3
NTN-F	263.372,6	266.926,7	280.253,1	179.929,7	193.041,5	198.190,5	202.377,7	207.175,2	222.046,9	216.224,4	219.737,8	224.597,3	233.006,3
Dívida Securitizada	9.009,8	8.989,6	9.718,6	9.557,3	9.562,5	9.642,7	9.601,9	9.561,9	9.517,7	9.482,4	8.364,5	8.327,0	8.285,5
Demais Títulos em Poder do Público	24.627,8	25.224,9	26.076,9	25.069,8	24.748,3	25.234,7	25.676,3	26.492,1	26.544,4	26.826,2	26.047,7	26.184,7	25.955,2
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1	854.291,8	807.570,3	842.898,3	848.794,9	857.658,0	841.195,2	858.527,0	866.506,9	863.581,2
LFT	252.611,6	254.784,4	226.960,1	228.981,4	230.695,2	177.356,1	178.618,0	219.718,9	221.994,2	182.331,6	239.375,8	184.634,5	185.762,4
LTN	128.285,5	134.447,9	148.876,8	184.218,9	200.206,1	202.302,8	217.440,3	179.947,4	181.101,0	207.473,4	183.592,1	241.574,1	232.236,8
Demais Títulos na Carteira do BCB	358.558,5	359.828,8	376.000,3	378.139,8	423.390,5	427.911,3	446.840,1	449.128,7	454.562,8	451.390,2	435.559,1	440.298,3	445.582,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0	-30.625,1	-30.650,7	-31.726,1	-31.637,1	-31.672,1	-30.189,9	-29.260,6	-29.044,0	-29.619,9
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0	9.151,1	8.868,8	8.546,4	8.227,3	7.881,4	7.481,6	7.121,5	6.797,5	6.407,3
II. DÍVIDA EXTERNA	73.937,1	80.925,2	83.292,6	76.794,2	75.851,2	80.032,6	85.733,2	88.906,6	89.049,6	88.411,8	88.427,9	88.930,9	89.278,4
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6	65.437,6	69.010,3	74.501,0	76.761,6	77.193,2	76.212,9	76.126,6	76.603,0	76.846,4
Euro	4.038,2	4.198,4	4.214,5	3.984,0	3.927,0	4.202,2	4.356,6	4.382,8	4.414,8	4.382,0	4.478,1	2.223,3	2.258,8
Global US\$	47.547,1	53.153,9	55.362,7	50.628,8	49.807,8	53.022,9	55.118,3	58.612,1	58.894,0	58.442,0	58.145,9	60.796,6	60.888,3
Global BRL	11.809,3	11.917,7	12.027,1	11.488,6	11.594,0	11.700,4	14.937,6	13.671,6	13.788,9	13.291,4	13.405,2	13.520,1	13.635,9
Demais Títulos Externos	105,4	113,6	118,2	110,2	108,8	84,9	88,5	95,1	95,6	97,4	97,3	63,0	63,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6	10.413,6	11.022,2	11.232,2	12.145,0	11.856,5	12.199,0	12.301,3	12.327,9	12.432,0
Organismos Multilaterais	6.312,1	6.726,4	6.913,0	6.396,5	6.302,1	6.638,6	6.810,1	7.291,1	7.217,6	7.352,7	7.376,5	7.309,0	7.306,0
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.125,0	4.815,2	4.657,1	4.186,1	4.111,6	4.383,6	4.422,0	4.853,9	4.638,8	4.846,2	4.924,8	5.018,9	5.126,0
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	2.530.285,3	2.566.759,6	2.600.712,0	2.572.111,8	2.668.855,6	2.641.722,1	2.700.159,9	2.747.412,0	2.804.568,9	2.695.299,4	2.703.692,6	2.749.217,2	2.784.213,3
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹²	61,7%	62,3%	62,8%	61,8%	63,8%	62,7%	63,7%	64,5%	65,6%	62,8%	62,6%	63,3%	63,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/11	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/12
I. HAVERES INTERNOS	1.608.617,0	1.635.236,8	1.664.008,2	1.589.546,9	1.629.490,4	1.699.515,9	1.758.308,4	1.798.077,5	1.848.337,5	1.737.670,1	1.738.754,9	1.821.720,7	1.836.676,1
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.952,5	433.980,2	496.530,6	547.899,2	573.373,9	603.820,7	489.040,0	477.877,0	535.244,0	522.409,0
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	485.580,8	486.564,7	486.316,1	484.195,9	484.254,8	483.994,7	485.791,2	490.313,8	494.630,8	496.197,7	502.778,4	508.093,3	510.675,4
Bônus Renegociados	4.738,9	5.149,3	5.287,0	4.892,3	4.787,9	4.944,9	4.836,1	5.184,0	5.216,4	5.241,5	5.244,2	5.194,5	5.042,6
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.907,5	1.880,6	1.854,4	1.829,5	1.802,5	1.780,9	1.756,9	1.734,0	1.707,0	1.685,8	1.665,1	1.644,6	1.625,3
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.912,7	11.925,7	11.942,0	11.906,8	11.907,1	11.879,8	11.910,4	11.995,3	12.067,4	12.113,1	12.259,0	12.378,1	12.447,6
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	29.738,8	29.360,7	26.983,0	26.511,6	26.046,2	25.561,1	25.085,5	24.643,4	24.193,8	23.527,3	23.088,1	22.708,1	22.219,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	366.234,8	367.684,0	369.357,5	368.404,4	370.187,7	370.239,3	372.111,1	375.837,7	379.556,4	381.458,4	387.143,1	391.575,5	394.320,6
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	59.490,8	58.951,1	59.271,6	59.256,8	59.570,4	59.725,0	60.174,5	60.900,1	61.815,0	62.108,2	63.214,6	64.411,7	64.792,2
Antecipação de Royalties	9.050,7	9.069,2	9.065,6	8.865,3	7.661,5	7.574,1	7.608,2	7.673,5	7.700,7	7.688,4	7.763,3	7.793,4	7.825,0
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.506,5	2.544,1	2.555,0	2.529,1	2.291,5	2.289,5	2.308,5	2.345,9	2.374,1	2.374,9	2.401,0	2.387,4	2.402,6
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.867,8	266.435,3	269.691,2	272.968,5	277.214,4	281.170,4	281.041,4	285.571,0	287.967,9	291.599,3
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	153.621,8	154.522,7	158.477,7	156.767,2	157.790,6	159.905,6	161.604,5	163.729,8	165.407,9	162.886,4	165.091,9	166.859,5	168.489,3
Fundos Constitucionais Regionais	64.716,0	65.350,5	66.175,8	66.844,6	67.763,5	68.477,8	69.254,6	70.148,2	70.770,8	71.391,8	72.063,8	72.624,6	73.309,0
Fundos Diversos	37.483,2	38.306,6	40.185,9	40.256,0	40.881,2	41.307,8	42.109,4	43.336,4	44.991,7	46.763,2	48.415,3	48.483,9	49.800,9
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	410.797,1	415.656,7	436.643,0	444.530,7	444.820,1	449.299,4	451.649,4	457.175,4	468.715,7	471.391,0	472.528,6	490.415,3	511.992,5
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.705,4	5.710,6	5.712,3	5.720,9	5.724,1	5.726,4	5.729,2	5.733,1	5.736,7	5.740,0	5.745,0	5.749,6	5.752,7
Haveres de Operações Estruturadas	55.891,4	57.330,3	59.978,6	58.877,6	58.810,2	60.174,4	60.834,7	62.276,3	62.610,5	62.879,4	63.276,9	63.482,7	64.045,6
Haveres Originários de Privatizações	8.204,5	8.198,0	8.191,4	8.185,3	8.179,0	8.171,7	8.165,7	8.158,5	8.151,7	8.526,2	8.580,4	8.633,5	8.698,9
Haveres de Legislação Específica	314.604,1	317.943,9	336.235,0	344.487,9	344.741,2	347.408,9	348.774,8	352.299,0	363.161,3	364.882,5	365.537,5	386.478,3	407.452,9
Demais Haveres Administrados pela STN	26.391,6	26.474,0	26.525,8	27.258,9	27.365,6	27.818,0	28.145,0	28.708,4	29.055,5	29.362,9	29.388,7	26.071,2	26.042,5
II. HAVERES EXTERNOS	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4	596,8	536,8	532,9
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4	596,8	536,8	532,9
III. HAVERES DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.609.020,7	1.635.642,0	1.664.423,1	1.589.833,9	1.629.859,9	1.699.912,5	1.758.776,3	1.798.661,6	1.848.937,2	1.738.318,5	1.739.351,7	1.822.257,5	1.837.209,0
HAVERES DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹	39,2%	39,7%	40,2%	38,2%	39,0%	40,3%	41,5%	42,2%	43,3%	40,5%	40,2%	41,9%	42,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO OUTUBRO 2012/2011 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2011						2012					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	207.035,0	33.017,7	11.896,4	11.762,6	39.266,8	51.029,4	207.824,3	19.713,2	6.895,7	5.651,64	38.227,3	43.878,9
Senado Federal	57.216,5	11.416,6	4.210,4	4.175,9	18.587,7	22.763,7	44.339,3	11.113,2	4.054,0	4.054,0	10.121,3	14.175,4
Tribunal de Contas da União	47.292,1	23.542,4	10.102,1	10.102,1	34.320,4	44.422,5	44.628,3	15.010,0	11.240,5	11.240,5	13.944,0	25.184,5
Supremo Tribunal Federal	52.628,3	7.617,3	3.424,4	3.388,4	18.838,8	22.227,2	52.130,3	10.957,9	7.012,2	6.968,1	13.786,7	20.754,8
Superior Tribunal de Justiça	22.210,4	5.619,2	1.466,3	1.457,0	2.142,4	3.599,4	31.325,7	7.762,7	6.277,5	6.277,5	17.525,1	23.802,5
Justiça Federal	312.493,6	423.151,4	361.375,7	360.986,9	170.469,1	531.456,0	271.233,4	478.797,7	436.163,2	435.589,7	192.008,0	627.597,7
Justiça Militar	12.292,0	2.831,4	1.159,1	1.159,1	3.013,7	4.172,8	17.235,0	6.456,5	2.963,6	2.963,6	4.755,9	7.719,5
Justiça Eleitoral	264.228,3	49.143,9	14.452,8	13.826,0	205.231,5	219.057,5	274.490,8	91.758,9	19.799,6	18.452,8	218.103,5	236.556,3
Justiça do Trabalho	301.901,9	126.498,8	49.801,8	48.515,5	126.642,6	175.158,1	556.300,6	173.197,1	64.589,9	61.922,8	145.760,2	207.683,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	120.571,4	33.484,9	5.940,2	5.725,2	22.806,7	28.531,9	102.296,1	39.779,1	13.573,1	13.204,2	41.464,4	54.668,6
Conselho Nacional de Justiça	70.173,2	11.393,3	6.971,5	6.971,3	58.981,8	65.953,1	58.742,9	30.090,5	2.659,9	2.638,5	68.341,2	70.979,7
Presidência da República ³	1.611.740,0	524.661,3	316.661,3	309.536,5	815.343,2	1.124.879,7	2.258.372,6	811.344,9	663.868,1	616.258,3	378.599,5	994.857,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	150.256,6	7.009,8	1.248,5	1.220,5	246.937,3	248.157,7	1.861.132,8	11.364,7	2.077,9	2.077,2	88.828,1	90.905,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.212.294,4	149.254,7	70.901,3	68.076,3	786.162,5	854.238,7	1.829.462,6	355.117,2	96.275,2	51.759,8	530.072,7	581.832,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.294.797,0	617.594,4	270.565,5	229.002,0	493.559,3	722.561,3	1.962.530,5	755.131,7	331.763,2	274.911,3	531.810,5	806.721,8
Ministério da Fazenda	1.517.060,2	528.499,4	368.820,4	368.552,4	581.216,2	949.768,6	1.081.146,9	559.568,7	231.712,8	228.072,1	808.520,6	1.036.592,8
Ministério da Educação	9.190.968,0	4.597.645,5	1.530.472,8	1.486.285,6	3.789.211,8	5.275.497,3	14.664.961,0	7.832.736,4	3.923.933,0	3.891.645,8	4.448.583,4	8.340.229,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	67.405,3	11.084,3	5.157,0	5.140,6	15.037,3	20.177,9	210.790,4	36.634,5	16.125,0	16.101,2	40.945,5	57.046,7
Ministério da Justiça	1.524.848,0	124.636,8	57.594,1	56.411,0	424.555,0	480.966,0	2.204.409,3	458.186,9	126.894,9	110.225,4	385.805,3	496.030,7
Ministério de Minas e Energia	198.523,1	22.851,6	9.114,9	8.548,9	28.185,8	36.734,8	125.416,4	41.573,3	13.291,7	13.015,0	24.838,2	37.853,2
Ministério da Previdência Social	138.656,7	32.385,4	9.564,4	7.170,0	153.003,3	160.173,3	279.489,1	115.641,1	24.361,3	18.808,8	64.041,2	82.850,0
Ministério Público da União	297.827,5	70.494,2	21.674,3	21.668,8	120.580,0	142.248,8	222.766,2	34.780,9	10.342,2	10.392,4	226.807,2	237.199,6
Ministério das Relações Exteriores	66.965,0	13.190,3	12.630,4	12.587,8	1.276,0	13.863,8	72.070,0	36.996,8	32.333,4	32.333,4	1.426,7	33.760,1
Ministério da Saúde	5.183.860,3	1.277.847,1	332.614,8	332.073,8	1.558.615,2	1.890.689,0	10.501.015,1	2.983.952,4	846.351,3	839.676,4	2.071.468,2	2.911.144,7
Ministério do Trabalho e Emprego	93.560,6	11.453,8	3.741,3	3.734,5	20.224,4	23.958,9	96.177,8	19.885,1	7.440,0	7.436,0	17.566,5	25.002,5
Ministério dos Transportes	17.435.859,4	9.540.625,5	3.585.624,7	3.519.413,1	6.999.565,9	10.518.979,0	17.776.469,0	9.530.600,9	2.942.562,2	2.937.140,9	5.187.039,1	8.124.180,0
Ministério das Comunicações	348.751,4	69.320,7	45.335,0	45.335,0	282.149,1	327.484,2	460.348,4	10.669,7	2.885,3	2.885,3	55.475,4	58.360,7
Ministério da Cultura	559.202,7	35.213,2	8.051,4	7.988,2	78.830,4	86.818,6	621.851,6	331.168,3	50.188,1	50.068,0	71.650,5	121.718,5
Ministério do Meio Ambiente	289.711,3	81.849,5	12.863,3	12.012,5	35.100,8	47.113,3	232.956,1	38.088,9	6.206,4	6.206,0	38.033,2	44.239,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.865.645,9	664.009,7	360.805,5	360.804,6	453.354,0	814.158,5	3.369.338,1	560.641,3	264.528,5	260.826,2	567.782,0	828.608,2
Ministério do Esporte	1.441.920,3	97.694,9	2.788,6	2.788,6	109.494,5	112.283,1	1.844.954,7	323.613,6	2.469,7	2.469,7	314.541,4	317.011,1
Ministério da Defesa	6.928.769,3	4.039.926,6	1.964.588,6	1.926.368,9	3.469.027,3	5.395.396,3	11.603.196,4	7.134.209,6	3.650.620,5	3.615.741,9	2.917.706,0	6.533.447,8
Ministério da Integração Nacional	5.067.760,4	1.567.001,3	564.509,3	528.479,0	2.050.594,5	2.579.073,6	7.029.931,4	2.822.096,8	911.639,3	880.507,3	1.668.297,8	2.548.805,1
Ministério do Turismo	2.644.014,8	130.556,0	673,5	673,5	360.188,7	360.862,2	1.995.077,5	366.109,8	6.206,2	6.206,2	755.302,1	761.508,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	512.636,0	132.687,7	84.095,7	84.095,7	104.399,5	188.495,2	1.188.647,9	360.065,1	210.387,3	210.387,3	324.221,5	534.608,8
Ministério das Cidades	17.088.820,1	4.094.043,4	404.004,0	402.503,1	7.413.143,5	7.815.646,6	17.467.359,6	10.671.648,7	2.923.394,5	2.910.796,2	10.995.344,6	13.906.140,7
Ministério da Pesca e Agricultura	286.369,5	17.770,5	199,8	199,6	70.857,1	71.056,7	121.026,0	9.330,1	915,5	915,5	52.103,1	53.018,6
Conselho Nacional do Ministério Público	286.369,5	543,6	68,3	68,3	854,3	922,5	18.511,8	715,1	117,3	117,3	6.058,1	6.175,4
TOTAL	78.772.635,9	29.187.568,5	10.514.789,5	10.268.808,8	31.161.768,4	41.430.577,2	102.759.955,9	47.096.509,4	17.874.211,9	17.565.943,9	33.336.906,0	50.902.849,8

* Dados sujeitos à alteração.

¹ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

⁴ Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

TABELA A10 - DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO*

R\$ milhões

	out-11	nov-11	dez-11	jan-12	fev-12	mar-12	abr-12	mai-12	jun-12	jul-12	ago-12	set-12	out-12
I. DIVIDENDOS	9,1	2.100,7	532,7	0,0	4.961,8	3,2	76,6	2.731,7	183,5	2.339,9	5.828,6	3.602,6	16,0
Banco do Brasil	0,0	655,9	0,0	0,0	710,0	0,0	0,0	578,8	0,0	479,4	199,4	415,4	0,0
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	115,9	0,0	0,0
BNDES	0,0	0,0	451,2	0,0	3.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.860,5	4.000,0	1.259,8	0,0
Caixa	0,0	500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.500,0	1.500,0	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	400,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	707,8	17,1	0,0	0,0	0,0	0,0
IRB	0,0	0,0	59,5	0,0	0,0	0,0	0,0	101,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Petrobras	0,0	755,0	0,0	0,0	673,7	0,0	0,0	1.212,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	9,1	189,8	22,0	0,0	78,0	3,2	69,8	130,5	166,4	0,1	13,3	27,3	16,0

* Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVII - nº 10 - Internet: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

OUTUBRO / 2012

Comentários

Em outubro de 2012 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 6,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.722.966,3 (mil), ante R\$ 6.333.189,4 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2011			2012			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Até Outubro	Setembro	Outubro	Até Outubro	Out/12 Set/12	Out/12 Out/11	até Out 12/11
FPM	3.090.053,1	4.061.656,6	41.031.290,5	3.238.562,8	3.437.880,6	41.970.567,3	6,2%	-15,4%	2,3%
FPE	2.952.717,3	3.881.138,4	39.207.676,0	3.094.626,5	3.285.085,7	40.105.207,3	6,2%	-15,4%	2,3%
IPI-Exp	252.779,6	357.090,6	2.814.388,8	299.983,4	289.937,5	2.762.960,1	-3,3%	-18,8%	-1,8%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
OUTUBRO	+ 12,5%	+ 6,2%	+ 12,5%	+ 6,2%	0,7 %	-3,3%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	NOV/OUT	DEZ*/NOV	JAN/DEZ*
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 30,6 %	+ 30,6 %	- 8 %
IPI - EXP	- 2,0 %	+ 29,5 %	- 6 %

*Obs.: Para o FPM, a estimativa acima em relação ao mês de dezembro não considera o crédito referente à Emenda Constitucional 55/2007 (FPM 1%)

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2012 a 20/10/2012, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
SET/3º DEC	2.364.454	7.811.999	10.176.454	OUT/1º DEC	1.750.350	1.831.762	189.156	3.771.268
OUT/1º DEC	847.254	1.431.436	2.278.691	OUT/2º DEC	391.935	410.164	67.780	869.879
OUT/2º DEC	412.510	6.231.681	6.644.191	OUT/3º DEC	1.142.801	1.195.954	33.001	2.371.756
TOTAL	3.624.219	15.475.117	19.099.336	TOTAL	3.285.086	3.437.880	289.937	7.012.904

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	17.056,7	112.382,8	27,7
ALAGOAS	AL	81.830,1	136.662,9	405,1
AMAZONAS	AM	50.853,6	91.667,0	2.097,1
AMAPÁ	AP	12.223,8	112.087,1	493,1
BAHIA	BA	312.640,6	308.673,2	15.107,0
CEARÁ	CE	179.321,8	241.023,5	1.899,1
DISTRITO FEDERAL	DF	5.778,0	22.673,7	284,5
ESPÍRITO SANTO	ES	60.603,4	49.276,3	17.730,3
GOIÁS	GO	125.434,1	93.398,3	4.814,3
MARANHÃO	MA	143.001,2	237.124,1	2.865,3
MINAS GERAIS	MG	450.387,0	146.334,1	43.876,6
MATO GROSSO DO SUL	MS	52.198,2	43.757,3	4.040,5
MATO GROSSO	MT	62.741,0	75.816,5	3.351,6
PARÁ	PA	126.463,4	200.784,4	18.660,0
PARAÍBA	PB	111.067,7	157.319,5	308,9
PERNAMBUCO	PE	172.425,9	226.677,5	1.369,1
PIAUÍ	PI	91.133,2	141.961,7	65,4
PARANÁ	PR	233.547,9	94.715,6	21.876,7
RIO DE SETEMBRO	RJ	103.627,4	50.186,3	52.012,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	86.597,6	137.247,6	242,2
RONDÔNIA	RO	29.104,1	92.494,9	400,0
RORAIMA	RR	9.461,3	81.493,1	18,0
RIO GRANDE DO SUL	RS	232.875,7	77.357,2	24.650,8
SANTA CATARINA	SC	133.833,5	42.042,5	15.135,6
SERGIPE	SE	51.286,6	136.505,2	104,2
SÃO PAULO	SP	453.544,8	32.850,9	57.987,5
TOCANTINS	TO	48.841,9	142.572,7	114,6
TOTAL		3.437.880,6	3.285.085,7	289.937,5

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria STN nº 811, de 7 de dezembro de 2011, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2012, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-1519

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br